

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO – UNA HCE
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA**

MATEUS PATRICIO

AVALIAÇÃO PROCESSUAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2012

MATEUS PATRICIO

AVALIAÇÃO PROCESSUAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como um dos requisitos para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado IV do curso de Educação Física Licenciatura na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador(a): Prof.^(a) MSc. VÂNIA VITÓRIO

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2012

MATEUS PATRICIO

AVALIAÇÃO PROCESSUAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção de Grau de Licenciado, no Curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense com linha de pesquisa em Educação Física escolar.

Criciúma, 03 de dezembro de 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Vânia Vitorio – UNESC – Orientadora

Prof. Vidalcir Ortigara – UNESC

Prof. Carlos Augusto Euzébio – UNESC

Dedico este trabalho aos professores, apenas para os incompletos, os imperfeitos, que mediante a necessidade constante de aprimoramento, compreendem-se um ser em contínua construção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, agradeço também a minha família, meus pais, Pedro Paulo Patricio e Maria Gorete Gonçalves Patricio, e entre meus irmãos agradeço a Fabiano Patricio, formado em Educação Física, que me ajudou conforme suas possibilidades na construção do ser educador que se iniciou a 4 (quatro) anos.

Sinto-me no direito de agradecer também a alguns amigos da turma que em especial estiveram comigo durante toda a formação acadêmica, a Anderson Innocente Colombo, que durante nossas conversas ficávamos admirados com a complexidade que pode existir em uma pessoa, especialmente em Marx, no qual víamos que quanto mais sabíamos, menos sabíamos realmente. Agradeço a Karen Salvan, amiga de todo o curso, que sempre me mostrou que mesmo eu sempre estando atrasado para terminar tal trabalho, ela sempre vinha desesperada mostrando que estava mais atrasada do que eu, era um conforto saber que eu não era o último. Agradeço a Raiane Martins de Souza, que se mostrou uma pessoa que gostaria de levar a amizade para a vida inteira, uma grande amiga, uma grande profissional e uma extraordinária pessoa. Agradeço também aos meus amigos que encontro aos sábados para complementação acadêmica, que mesmo com toda a correria semanal, sempre foi um prazer revê-los.

E por último, mas nem um pouco menos importante aos três professores da Banca a qual escolhi, Vânia, Vidal e “Kabuki”, gostaria de dizer que se hoje eu estou me formando e seguindo o mesmo caminho crítico de vocês, é porque no ato da singularidade de vocês, de acreditarem em um mundo melhor, e lutarem por isso, me influenciaram na minha carreira que esta por iniciar. Continuem assim, tem um conto de Lair Rabelo que diz, que um escritor andava pela beira-mar e via um jovem jogando estrelas-do-mar de volta para o mar na maré baixa, o escritor pergunta; com centenas de milhares de quilômetros de costa, isso que você faz é inútil, porem, o jovem pega uma estrela-do-mar e diz: para esta estrela, eu fiz a diferença. Agradeço assim, pelo ato corajoso de vocês de continuarem em sua jornada sem desistirem.

“A tendência democrática de escola não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão se torne governante.”

Antonio Gramsci

RESUMO

O presente trabalho aborda uma proposta curricular, para mediante a avaliação processual, apontar caminhos que contribuam para a emancipação humana. A avaliação processual vem como mediadora de uma proposta pedagógica, que em Marx, pelo materialismo histórico vem contribuir para uma criticidade da classe proletária, em que mediados pelo conhecimento, inseridos no processo histórico [classe proletária] tenham capacidade de argumentação diante do conservadorismo imposto. Assim, no âmbito escolar, a avaliação processual vem para formar um cidadão crítico, não seguindo um etapismo, onde o conhecimento é transmitido, absorvido e posteriormente reproduzido pelo aluno como método de aprovação, mas o processo de ensino-aprendizagem na avaliação processual tem por base uma construção ontológica no ser humano, fazendo-se modificante na estrutura social em que está inserido

Palavras-chave: Avaliação Processual. Mediar. Emancipação Humana.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 AVALIAÇÃO	11
2.1 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO	11
2.1.1 A LEGISLAÇÃO NA AVALIAÇÃO.....	15
2.2 AVALIAÇÃO PROCESSUAL	16
2.3 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA	19
3 EMANCIPAÇÃO HUMANA	25
3.1 EMANCIPAÇÃO HUMANA EM MARX POR TONET	26
3.2 EMANCIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO	30
3.2.1 Emancipação no Corpo Docente.....	30
3.2.2 Emancipação no Corpo Discente.....	34
3.3 EMANCIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO PROCESSUAL	36
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, especificamente de licenciatura em educação física, busca alternativas para melhorias na educação física brasileira. Devemos nos apropriar da mentalidade de não apenas debater problemáticas percebidas na educação com a formação, mas também, procurar caminhos que podemos seguir.

Mediante as dificuldades encontradas na formação crítica dos alunos, desde as séries iniciais, até a conclusão da formação básica, mais tarde também na vida acadêmica, nos deparamos com os problemas relacionados à educação conservadora que estes alunos estão recebendo, do positivismo que demonstra a esperança, dando apenas as impossibilidades para a grande parte da população.

Buscarei demonstrar no decorrer do trabalho, a importância da avaliação no âmbito escolar, mostrando o papel da escola na formação crítica do aluno. Assim, não com o objetivo coercitivo de uma crítica à própria organização escolar, mas por meio do conhecimento, no materialismo histórico dialético, apontar caminhos para juntos, buscarmos uma apropriação do conhecimento que consiga ir além do modo de produção capitalista. Numa proposta, emancipatória (em Marx) e superadora se desenvolve este trabalho de conclusão de curso com o seguinte **tema**: Avaliação processual e emancipação humana.

Nesta proposta, tentaremos apontar caminhos para o **problema** que vem discutir de que maneira a avaliação processual contribui para o processo de emancipação humana? Analisando este problema, tentaremos por intermédio do conhecimento, especificamente em Marx, desenvolver discussões relacionadas aos métodos usados e aos possíveis para mediante a avaliação processual desencadarmos possibilidades de emancipação por intermédio do conhecimento discutido em Marx pelo confronto de classes existente. Assim, pelo ato do processo avaliativo da escola, desenvolver nos alunos a possibilidade da crítica, para poderem discutir posteriormente quando inseridos no mercado de trabalho problemas sobre direitos e necessidades da classe explorada.

As **questões norteadoras** deste trabalho são: Qual a fragilidade do método tradicional de avaliação? Como a avaliação processual se apresenta na educação? Quais as posições conceituais sobre emancipação? Qual a influência que os modos

de produção capitalista exercem na educação? Como a avaliação processual pode contribuir para o processo de emancipação humana? .

Como **objetivo geral** Verificar a importância da avaliação processual enquanto ferramenta para emancipação do aluno. Deste objetivo tracei meus **objetivos específicos** que trata de identificar os problemas da avaliação meramente quantitativa, a distância entre o conceito e a prática da avaliação processual, conseqüências para a emancipação humana, e relacionar o marxismo as possibilidades de emancipação.

A pesquisa é bibliográfica e busca por meio da leitura de diferentes autores compreensões da realidade, e possibilidades de mudança, na busca da emancipação.

A fundamentação teórica deste trabalho foi dividida em dois capítulos específicos.

O primeiro trata da avaliação processual, sua construção na educação, e especificamente na educação física, compreender algumas leis que regem a avaliação, e a avaliação processual, na educação e na educação física.

O segundo capítulo trata da emancipação humana, a partir de Marx, no debate de Tonet (2005) sobre emancipação na educação, especificamente na educação física, buscando debater os meios para efetivar uma formação humana que consiga superar a realidade que nos esta proposta/imposta.

2 AVALIAÇÃO

Neste capítulo apresentarei no primeiro momento sobre a avaliação, suas específicas ramificações, terminando na defesa sobre a avaliação processual. Este capítulo serve então de introdução, para uma discussão posterior sobre emancipação humana, onde me apropriando das discussões sobre a avaliação, especificamente, avaliação processual, utilizarei desta como ferramenta para a emancipação.

2.1 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO

A avaliação no âmbito escolar está inserida historicamente no processo de aprendizagem de todos os alunos e envolvem concomitantemente toda a comunidade escolar, especialmente professores. Existem vários tipos de professores, e nenhum avalia igual ao outro, porém, embora os métodos se modifiquem, o uso quantitativo da nota expressando a “realidade da aprendizagem” de um aluno unicamente por números é frequente. Mensurando uma pessoa pela capacidade de reprodução intelectual que ela consegue expressar, sem considerar realmente com uma construção de conhecimento pela reflexão.

Para compreendermos melhor como este processo se consolidou na prática escolar trataremos sobre a avaliação, na legislação, na educação em geral, e especificamente na educação física, aprofundando o estudo na avaliação processual.

Desse modo, tentaremos mediante o decorrer deste trabalho apontar caminhos que podemos construir pela reflexão. Reflexão essa realizada pela criticização daquilo que vivemos hoje, e que poderemos viver amanhã. Lembrando assim um cantor brasileiro chamado Gabriel “O pensador” que diz em uma de suas canções “a gente muda o mundo é na mudança da mente.” Com essa perspectiva traçaremos no decorrer do trabalho algumas questões básicas da avaliação na educação.

Conforme Sant'Anna (1996) explica segundo Bloom a avaliação na educação tem como fundamento três estágios de apropriação, o primeiro é a diagnóstica, depois a formativa e por fim a somativa ou classificatória.

A avaliação diagnóstica visa compreender os conhecimentos previamente adquiridos pelos alunos, ou inclusive a ausência dessa aprendizagem, ela serve para nortear o professor a que caminhos deve percorrer, e que métodos pode utilizar para a construção do conhecimento no decorrer das aulas.

O diagnóstico se constitui por uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medida os conhecimentos anteriores ocorreram e o que se faz necessário planejar para selecionar dificuldades encontradas. (SANT'ANNA, 1996, p.33)

Desse modo vemos que a avaliação diagnóstica vem expressivamente para diagnosticar os entendimentos e as dúvidas, as facilidades e dificuldades, onde chegamos e onde pretendemos ir.

Temos também a avaliação formativa, ela tem como objetivo durante o processo ensino aprendizagem o desenvolvimento do conhecimento. Vem tratar dos problemas observados no diagnóstico, e procurar por intermédio das observações anteriores, traçar caminhos reais e necessários para o desenvolvimento do indivíduo enquanto aluno e ser social.

É (avaliação formativa) realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. Localiza deficiências na organização do ensino aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no mesmo e assegurar o alcance dos objetivos. (SANT'ANNA, 1996, p. 34)

Assim, a avaliação formativa vem durante o processo avaliativo construir pelos acertos e reforçamento nos erros, a significância do entendimento no aluno, para que onde esteja errado arrume para o certo, e o que estiver certo avance.

Luckesi (2009) traz um raciocínio que, por exemplo, em um ano letivo dividido em 4 (quatro) bimestres, no primeiro bimestre um aluno recebe 10.0 em matemática, aprendeu a somar, no segundo recebeu 10.0 porque desenvolveu habilidade para subtrair também, todavia, no terceiro bimestre fica com 4.0 em multiplicação e no último 0.0 em divisão. No final sua média será de 6.0 o suficiente para dizer que ele está aprovado para passar ao ano seguinte. Como se a média expressasse que ele

adquiriu os conceitos básicos da matemática. Porém sabemos das enormes dificuldades que este aluno passará a ter quando começar a trabalhar com expressões numéricas nos anos seguintes.

Reforçar o entendimento que os alunos são parte fundamental da construção da nota é importante. Porque eles não devem estar excluídos do processo de construção da mesma, afinal, o mais importante é que eles aprendam e saibam internalizar aquilo que aprenderam. O aluno deve ver sua nota como uma construção coletiva e não uma sentença final. Despindo-se deste autoritarismo Luckesi (2009) traz a reflexão de que o educador que se preocupa com sua prática educacional voltada para a transformação, não poderá agir inconsciente e irrefletidamente.

Na avaliação (formativa), tanto o professor quanto o aluno devem compreender o que se quer avaliar e para que serve os resultados. A quantificação da nota apenas como método aprovativo mostra-se ineficaz para tratar do desenvolvimento do ser humano. Assim, conduzir ao entendimento de para que foram utilizados os resultados e sobre o que se pode trabalhar em cima deles é a questão a ser analisada e discutida.

Por conseguinte, temos também a avaliação somativa ou classificatória, no qual a sua função é de classificar os alunos no final da unidade, semestre ou ano letivo, compreendendo os níveis de desenvolvimento apresentados.

[...], por exemplo, se em número x de questões a classe toda ou percentagem significativa de alunos não corresponde aos resultados desejados, esta habilidade, atitude ou informação deveria ser desconsiderada e retomada no novo planejamento, pois ficou constatado que a aprendizagem não ocorreu. (SANT'ANNA, 1996, p. 36)

Assim, vemos que o objetivo da educação na avaliação não é o simples conhecimento reproduzido em si, mas também o processo que se usa para a quantificação. Sobre este assunto discutiremos mais detalhadamente no subcapítulo da avaliação processual.

As avaliações tem tido por objetivo norteador somente o encaminhamento para a vida profissional e o mais rapidamente possível. Diante dessa realidade fatídica precisamos compreender os fatores históricos da necessidade humana de sobrevivência em sociedade. Contudo, inseridos nesse processo formativo, tendo pela construção de um conhecimento reflexivo uma crítica ao que nos está imposto.

Quanto a essa avaliação que tem unicamente recaído no encaminhamento para o mercado de trabalho, Sarmiento (1997) discute que no Brasil, especificamente, tem aumentado o número de trabalhos que revelam a preocupação dos estudiosos com a avaliação educacional e o seu papel como instrumento de reprodução da estrutura social.

Meu objetivo na construção desse trabalho não é discutir profundamente os caminhos que a escola tem se norteado para a formação humana de seus educandos, mas, acredito ser necessário descrever que a avaliação educacional deve ir além do que aquilo que está meramente proposto, porque a legislação aponta o que não ocorre na escola nos dias atuais – do simples sentido da aprovação meritocrática para a entrada ano após ano da classe proletária ao mercado de trabalho.

Classificando os conhecimentos apreendidos para possíveis retomadas de conteúdo e mudança de métodos, para os que serão mais explorados entre os que serão menos explorados, levando a formação para a exploração da força de trabalho futuramente. Diante desta realidade, vemos a necessidade da escola de buscar formar um cidadão crítico, de entendimento político, compreendendo-se economicamente e percebendo seu poder de interferência nesse estado caótico.

Assim, a avaliação não pode ser um item reforçador de um positivismo¹ obscuro cuja finalidade avaliativa é a permissão, ou a própria domesticação da classe proletária para o mercado de trabalho. Sarmiento (1997) na p. 12 diz que “*A avaliação educacional tem sido identificada como um instrumento importante de controle e seletividade justificando a pseudo democracia da escola na visão Liberal.*”

Compreendendo este problema, percebemos a necessidade de progredirmos enquanto professores e formadores humanos, afinal, se é a formação crítica que buscamos de nossos alunos, devemos nós também estarmos atentos as nossas práticas. Martins (2004) cita que dedicamos pouca atenção ao que nos parece óbvio, mas a obviedade obscurece a nossa razão.

¹ Sistema filosófico que, banindo a metafísica e o sobrenatural, se fundam na consideração do que é material e evidente. “A característica do positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem.”

2.1.1 A LEGISLAÇÃO NA AVALIAÇÃO

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases)² em seu art. 24º, parágrafo 5, inciso primeiro reza que: a avaliação deve ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Embora seja contínua e cumulativa, contínua no sentido de que ela se constrói pelo processo para se constituir em nota que expresse qualitativamente o desempenho, e cumulativa porque é neste mesmo processo que o desempenho deve ser medido, mas no sentido que no fim do processo o aluno tenha mais conhecimento do que havia no começo. Percebemos uma predominância quantitativa, de modo que a quantificação tem se tornado mais importante que todo o processo da construção do conhecimento, assim o objetivo tem se focado mais em fechar à média, e não no conhecimento para se formar um cidadão crítico. Esse debate sobre a construção da nota será tratado com mais explanação no subcapítulo da avaliação processual.

Na Lei complementar 170/98 (SANTA CATARINA, 1998) art. 26º no parágrafo VI entre os incisos primeiro ao terceiro, diz que a avaliação do rendimento escolar do educando, resultado de reflexão sobre todos os componentes do processo Ensino-Aprendizagem, como forma de superar dificuldades, retomando, reavaliando, reorganizando e reeducando os sujeitos nele envolvidos, deve ser investigadora, diagnosticadora e emancipadora, concebendo a educação como a construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos. Ser um processo permanente, contínuo e cumulativo que respeite as características individuais e socioculturais dos sujeitos envolvidos. Incluir conselhos de classe participativos, envolvendo todos os sujeitos do processo.

Temos também na RESOLUÇÃO N. 23/2000 do Conselho Estadual de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2000) no Capítulo 1, em seu art. 5º, que na avaliação o aproveitamento deve ser expresso em notas ou conceito descritivo, levando em conta os aspectos qualitativos, fundamentalmente, e os resultados obtidos durante o ano letivo preponderarão sobre os de provas finais, caso estas sejam exigidas em nível de educação básica e profissional.

² Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Concluindo assim, a avaliação tem em seus parâmetros mais abrangentes o objetivo de expressar o conhecimento construído, a gênese da avaliação está na expectativa que o aluno consiga demonstrar a apropriação dos saberes desenvolvidos, apreendidos e construídos durante o ano, semestre ou bimestre, dependendo de cada instituição. Continuaremos discutindo sobre avaliação no seguinte subcapítulo, afim de que aos poucos tenhamos mais condições de construir um entendimento sobre avaliação, sobre suas funções e seus métodos de aplicabilidade na sociedade em que estamos inseridos.

2.2 AVALIAÇÃO PROCESSUAL

Tentarei mediante o decorrer deste capítulo, apontar caminhos para a emancipação que podemos construir pela reflexão. O que nos levará a uma formação educacional mais profunda, porém, não no sentido apenas de capacitação para a entrada no mercado de trabalho, mas também no sentido ontológico³ do desenvolvimento do indivíduo enquanto ser social e participante efetivo do mesmo.

Percebemos que unicamente a nota no processo avaliativo é pouco para quantificar um aluno, mediante o desenvolvimento que realizou durante o tempo previsto para construção do conhecimento, seja por bimestre, semestre ou outro tipo de organização escolar. Como discutimos no início a própria legislação exige uma quantificação, e que esta seja contínua e cumulativa, por isso, devemos compreender melhor o significado dessas palavras para colocá-las na inserção da educação.

Assim, o Coletivo de Autores (1992) considera a avaliação processual como o patrimônio cultural que se expressa nas possibilidades corporais, no acervo de conhecimentos sobre a cultura corporal, se diferencia de acordo com a condição de classe dos alunos. O uso de medidas e avaliação não deve neutralizar, mas sim, possibilitar uma leitura crítica dessas condições, a fim de ampliar e aprofundar a compreensão dessa realidade.

³ Me refiro a ontologia estudada por Lukács, onde entre uma forma mais simples de ser e o nascimento real de uma forma mais complexa, essa forma complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente deduzida da forma mais simples.

Se for contínua, deve compreender a continuidade do conhecimento e seu desenvolvimento, não segundo os padrões reprodutivos do saber fazer, mas compreender o porquê fazer, e não apenas isso, contudo que no fim do processo o aluno compreendeu conceitos inicialmente não entendidos.

No Coletivo de Autores (1992) tratando de avaliação contínua, entende que o conhecimento é construído pela espiralidade, de forma dialética, sendo que não podemos tratar do conhecimento por etapas. A espiralidade trata da apreensão do conhecimento, organização dele e (re) construção pelo próprio conhecimento. Espiralidade vem mesmo de espiral, como se a cada volta onde passaríamos pelo mesmo assunto, evoluíssemos no significado.

O processo qualitativo do aluno, seguindo a espiralidade, no final do processo seria a sua compreensão do entendimento que deve ser mais elaborada do que ele conseguiu no início, quando não compreendia o conteúdo. Por conseguinte, o desenvolvimento do aluno se concretiza de forma efetiva, quando ele, mesmo no final de um ciclo, compreende o que aprendeu no início, por que o conhecimento segue em espiral, e não linearmente. O próprio Coletivo de Autores (1992) trata esse conhecimento etapista como insuficiente, porque o aluno fica incapaz de ver o mundo em sua totalidade.

Sendo a avaliação cumulativa, deve ser cumulativa não apenas quanto à quantidade de notas que os alunos reproduzem, porém, cumulativa no sentido do conhecimento que estes se apropriaram durante o ano. A questão cumulativa deve ser quanto ao conhecimento internalizado e não quanto ao que reproduziu durante o ano.

Por conseguinte percebemos uma postura de avaliação que homogeniza a didática heterogeneizando as massas, onde os alunos são submetidos à reprodução em massa para demonstrar que compreenderam tal assunto, não possibilitando a aprendizagem mediante suas possibilidades. Nesse raciocínio, poucos são selecionados para o rendimento (trazendo para o rendimento na educação física). A avaliação processual compreende a heterogenia da didática tornando todos capazes do processo de ensino-aprendizagem pela espiralidade do conhecimento, entendendo a diferença de cada um e como a sua cultura interfere no desvelar do conhecimento.

No reconsiderar o 'conceito' que sempre foi entendido como sendo a transformação de uma nota, número – expressão quantitativa –, em um conceito, letra – expressão qualitativa. O conceito deve ser entendido como uma categoria explicativa que ordena, compreende e expressa uma realidade empírica que tem múltiplas determinações, e não somente como tradução de uma 'nota'. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 77)

Desse modo, percebemos a fragilidade que apenas a quantificação de um aluno em números ou em conceitos representativos de números pode produzir no processo avaliativo. Contudo, ainda que pela legislação seja necessária a nota para demonstração da aprendizagem, o processo de construção dessa nota deve passar por uma construção coletiva.

Isso significa levar em conta, nas análises, os inúmeros determinantes que asseguram os desempenhos, conhecimentos, habilidades e atitudes nas atividades escolares. Portanto, implica considerar, na avaliação do processo ensino-aprendizagem da Educação Física, que o desempenho do aluno (conhecimento, habilidade e atitudes) precisa ser entendido e explicado não somente em sua aparência, mas também naquilo que é possível reconhecer, enquanto determinantes de tais desempenhos, isso deve ser fruto de um esforço pedagógico coletivo de professores e alunos. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 77)

Hoffmann (1993) explica que os educadores discutem muito em “como fazer a avaliação”, e desse ponto fazem surgir inúmeras metodologias diferentes para quantificação do aluno; entretanto, compreender efetivamente “o sentido da avaliação” é um processo que tem sido alienado/estranho do corpo docente educacional.

Hoffmann (1993) continua explicando que o próprio ato da avaliação, quando o professor faz uma pergunta, ele está elaborando questões do seu entendimento, da sua compreensão sobre as possibilidades dos alunos, fazendo isso o professor seleciona as prioridades e segue sua própria semântica de conhecimento. Isso significa que não tem como isolar o sujeito que pergunta da pergunta que ele próprio faz.

Devemos compreender o ser humano de forma integral, não segundo sua utilidade, capacidade e demanda trabalhista, temos que fugir da mentalidade capitalista de formação humana, tendo em mente que não é a exclusão do sistema que o mudaria, mas a própria mudança da consciência, em conjunto com uma transformação material do que vivemos e esperamos nos dias atuais.

A saturação, segundo alguns é a incapacidade de se habituar com as possibilidades reais da vida humana, defender que essa saturação produza em nós a reflexão da monopolização das tentativas de cidadania, segundo os objetivos concretos de uma formação humana. Essa insatisfação com a educação não pode servir para o detrimento/dano da educação, mas pelo contrário, para que diante da visualização emancipada dessas crises paradigmáticas, venhamos construir um novo paradigma segundo possibilidades reais a todos.

Uma educação que compreendesse os ciclos de aprendizagem⁴ para o Coletivo de Autores (1992) resolveria alguns dos problemas que a avaliação cotidiana constrói nessa complexidade capitalista de sempre e a cada vez querer mais resultados rápidos e que “aparentam” boa forma.

Antes de construirmos um aluno nota 10, devemos fazer parte da construção de um ser humano, que com suas habilidades e dificuldade tem direitos iguais a cidadania, esta cidadania tratarei melhor no capítulo seguinte sobre emancipação. Por isso a avaliação processual se difere do método tradicional, queremos assim, mais do que a simples aprovação, mas pelo conhecimento nos apropriarmos da realidade para ampliarmos nossa compreensão.

2.3 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Segundo o Coletivo de Autores (1992) a preocupação principal da avaliação tem recaído nos métodos e técnicas usadas, criando-se testes, materiais e sistemas, estabelecendo-se critérios com fins classificatórios e seletivos. Assim, a avaliação além de prover um parecer frágil é explicitamente produtora de diferenças no âmbito escolar, produzindo os capazes e os incapazes, os produtivos e os improdutivos; cria um esquema opressor na psique da criança. Mais tarde pode subsidiar um adulto conformado com a sua incapacidade de conseguir reproduzir o mundo segundo os parâmetros do esporte de rendimento (intrinsecamente do capital).

Por conseguinte, a avaliação desses alunos segundo essa mentalidade capitalista torna-os mais adestrados, conforme os regimentos que segue o mercado

⁴ Os ciclos no Coletivo de Autores (1992) são quatro e representam períodos necessários para que a aprendizagem ocorra. O primeiro vai da pré escola até o 4º ano, o segundo do 5º ano ao 7º ano, o terceiro do 8º ano ao 9º ano, e o quarto e último ciclo vai do 1º ao 3º ano do ensino médio.

nesse tempo presente. Fica uma avaliação que treina desde cedo alunos para a reprodução sem o direito de apropriar-se efetivamente daquilo que esta fazendo, tornando a aula uma atividade física abstrata, sem dar o direito de modificar, construir, sem a possibilidade de desenvolver-se mediante a reflexão daquilo que se faz.

Assim o significado da avaliação é a meritocracia, a ênfase no esforço individual, o conteúdo é aquele advindo do esporte, e a forma são os testes esportivo-motores classificando os alunos em notas, não tendo o devido cuidado do processo histórico em que cada um está e sobre quais influências os tornaram incapazes de realizar tal tarefa.

[...] a avaliação tem suas referências em rendimentos máximos observáveis em situações de competição. Podemos identificar esse uso, por exemplo, no sistema esportivo escolar ora vigente, que atribui bolsas de estudos para alunos com desempenho máximo, incentivando e acobertando a constante compra de atletas das escolas da rede pública para aqueles da rede particular ou clubes. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 72)

Por isso, a atividade física fica em si mesma, não transcendendo reflexões históricas e de caráter ontológico do por que praticamos essas modalidades e sem discussão sobre as mesmas.

Isso consolida, através dos instrumentos e medidas, a legitimação do fracasso, a discriminação, a evasão e expulsão dos alunos, principalmente daqueles oriundos da classe trabalhadora.

Os educadores deveriam saber que uma turma com trinta alunos, é uma turma com trinta alunos diferentes um dos outros, onde desde a prática, a reflexão, a interpretação e o desenvolvimento se dão de modo diferente, compreendendo a realidade em que estes estão inseridos, o trato do conhecimento se dá em proporções diferentes (não desiguais).

Uma avaliação consistente deveria não levar unicamente uma turma a um entendimento específico, fazendo todos saberem/decorarem a mesma coisa, contudo, ter a percepção de que cada um aprendeu de um jeito diferente, e que deve ser compreendido pelo professor. Avaliar não somente o que foi absorvido pela turma, mas também o que foi construído intelectualmente com eles.

Partindo desse princípio a avaliação nas aulas de educação física seriam mais do que apenas transmissão/absorção, do que decorar/reproduzir. O professor

junto com o aluno passaria a ser um participante efetivo da construção de uma nota que representaria a aquisição plena de um conhecimento.

O Coletivo de Autores (1992) explica que a ênfase na busca do talento esportivo e no aprimoramento da aptidão física vem condicionando, em parte, a aula e o processo avaliativo, transformando a educação física escolar em uma aula extremamente desestimulante, segregadora e até aterrorizante, principalmente para aqueles considerados “menos capazes” ou não aptos, ou simplesmente que não estejam decididos pelo rendimento esportivo.

Luckesi (2009) diz que a avaliação não pode ser um ato mecânico, pelo contrário, deve ser racionalmente definida, dentro de um encaminhamento político e decisório a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social. A escola não deve ausentar-se do papel da construção do ser humano pelo conhecimento, este crítico, de encaminhamento e transformação social pela reflexão daquilo que se/porque faz.

A construção pelo conhecimento nas aulas de educação física é fundamental para o desenvolvimento do ser social posteriormente. O esporte não pode continuar difundindo a ideia de posições, dividindo pessoas unicamente em vencedores e perdedores, campeões e derrotados, embora não se use (às vezes) explicitamente o linguajar de derrotado, temos que compreender que se um corredor de 100m corre e fica somente 0.15 segundos atrás do primeiro colocado, este será só mais um corredor, que correu e ninguém irá lembrá-lo, porque ou você é pódio ou você não é nada (especificamente para a mídia). Temos que usar do esporte (me refiro também a outras possibilidades nas aulas de educação física, como danças, lutas, ginástica e jogo) para unificar propósitos para uma emancipação humana e não para uma luta individual de poder. Precisamos amadurecer, entendendo que somos produtores do esporte, e não seus trabalhadores.

No seguinte capítulo entraremos no debate sobre emancipação, e como emancipar-nos mediante a educação, que caminhos nos nortearão para compreendermos a realidade transformá-la pela consciência crítica.

Kunz (2006) dá a importância de trabalhar nas aulas de educação física as modalidades dentro das habilidades de cada um, mostrando que somos sim, capazes de sermos bem sucedido no trabalho, na profissão, no tempo livre, no lazer e em todas as áreas da nossa vida. Isso porque não lutamos contra a

impossibilidade, mas mediante a realidade é que buscamos transcender as possibilidades.

Kunz (2006) aponta em seu livro, possibilidades de trabalhar a educação física na perspectiva da emancipação humana. Embora o autor tenha a base filosófica fenomenológica⁵ traz algumas contribuições para o ensino do esporte.

Kunz (2006) trata emancipação como o processo de libertar o ser humano das condições que limitam o uso da razão crítica e com isso todo seu agir social, cultural, desenvolvido pela educação. Essa emancipação se dá pela reflexão daquilo que vemos do mundo e sobre o que entendemos dele.

Kunz (2006) não trata a educação física como cultura corporal, mas como cultura de Movimento, quando o autor se refere à cultura corporal, esta não pode estar desvinculada do sentido amplo de seu significado, quer dizer que o fato de tratar de cultura corporal não expressa de maneira nenhuma uma exclusão do pensar, pois, quando se refere a cultura corporal, considera automaticamente uma cultura intelectual, sem haver dualidade.

Assim, Kunz (2006) embasado pela fenomenologia preocupa-se mais com a emancipação pelo movimento, do que pelo conhecimento/desvelamento do confronto de classes, se diferenciando do Coletivo de Autores (1992), focando o problema pelo fenômeno, modificando-o pela emancipação no movimento.

Compreender o “mundo fenomenológico” das interpretações naturais de um se-movimentar como correr, saltar, nadar, andar de bicicleta etc., tem uma relevância didático-pedagógica muito grande, especialmente pelo entendimento que este “mundo” se constitui para a criança e o adolescente numa forma muito especial de um “compreender-o-mundo-pela-ação”. A transformação didático-pedagógica pelo esporte deve, em parte, levar para esse mundo natural do se-movimentar, ou seja, resgatar o sentido fenomenológico do brinquedo e do jogo. (KUNZ 2006, p. 103)

Segundo Kunz (2006) na concepção de Merleau-Ponty o homem é um “ser no mundo”, por isso nesse sentido de corpo o pensar é tão corporal como o correr.

Kunz (2006) explica que o fenômeno social do esporte, para poder ser transformado numa atividade de “interesse real” a todos os participantes, deve ser compreendido na sua dimensão polissêmica (de vários sentidos). Isso significa que compreender o esporte nessa dimensão deve abranger também: primeiro, ter a

⁵ Que não é da matriz de Marx e devido às limitações deste trabalho não poderemos aprofundar.

capacidade de saber se colocar na situação de outros participantes do esporte; especialmente daqueles que não possuem aquelas devidas competências ou habilidades para a modalidade em questão. Segundo, ser capaz de visualizar componentes sociais que influenciam todas as ações socioculturais no campo esportivo (a mercantilização do esporte, por exemplo). Terceiro, saber questionar o verdadeiro sentido do esporte e por intermédio dessa visão crítica poder avaliá-lo, transformá-lo e adequá-lo.

Uma realidade trazida por Kunz (2006) é que estamos cheios de tutores e vigilantes, que reformam constantemente a mentalidade da reprodução, da conservação de valores. Isso impede especificamente no esporte uma transformação do mesmo, mediante a reflexão, crítica e reformulação do esporte pelo esporte. A educação esportiva fica assim extremamente fora dos parâmetros sociais de acessibilidade a todos, separando aqueles que quase por inatidão (termo que usei para expressar que vem de inato) conseguem se adequar aos rigorosos níveis de aceitação e continuação no esporte. Enquanto na T.V. apreciamos apenas aquele esporte-espetáculo sendo permitido a interpretação mediante um tutor que reforça a fossilização do capitalismo pelo entupimento de diretivas que não permitem refletir sobre o que vimos e o que acontece no esporte dentro do esporte.

Assim, Kunz (2006) começa a discutir que a emancipação torna-se horizonte alcançável quando os agentes sociais (especificamente neste trabalho os professores de educação física) através do esclarecimento, reconheçam a origem e os determinantes da dominação e da alienação. Perceberemos em Tonet (2005) no seguinte capítulo que a diferença entre os autores é que enquanto Kunz traz que devemos reconhecer os determinantes e mediante o movimento transformemo-nos emancipados, Tonet traz a emancipação em Marx como um ato histórico, não apenas reconhecendo, mas compreendendo e transformando pelo confronto de classes (não discutido profundamente em Kunz).

E é pelo confronto de classes que estabelecemos um mundo a ser alcançado, King (2009, p 55) diz que "*A liberdade nunca é voluntariamente concedida pelo opressor, deve ser exigida pelo oprimido*". Por isso, não será na ausência da luta que a sociedade culminará para os objetivos que buscamos. Antes que a emancipação ganhe unicamente um sentido cívico e não ontológico (ontológico em Lukács) temos que esclarecer a que norte precisamos caminhar, sobre que passos e

qual as ferramentas para uma mudança efetiva daquilo que vivemos, e o que pretendemos viver.

No seguinte capítulo, tentaremos mediante as problematizações esclarecer a emancipação humana, e como por intermédio da educação crítica veremos possibilidades de mudança, utilizando a educação (avaliação processual, especificamente) como ferramenta para a emancipação.

3 EMANCIPAÇÃO HUMANA

Neste segundo momento abordaremos o tema emancipação humana, e entre suas discussões buscaremos esclarecer soluções para o problema deste trabalho, e tratar da avaliação processual na emancipação humana.

Realizamos neste capítulo uma iniciação à reflexão para apontar possíveis entendimentos para o problema deste trabalho de conclusão de curso, ou seja, como poderíamos por intermédio da avaliação processual contribuir para o processo de emancipação humana.

E se tratando de emancipação humana se faz necessário dar norte a este assunto que tem em seu significado muita complexidade. Em primeiro lugar explicitamos o conceito de emancipação humana com base em Marx. Para isso buscamos as referências em Tonet (2005). Em seguida abordamos a emancipação na educação, mais especificamente na Educação Física, para, em seguida, buscar estabelecer a relação entre emancipação e avaliação processual no contexto de uma educação que intente a formação do ser humano enquanto ser social.

Início com uma citação de Eagleton (In PELLANDA, 1993, apud KUNZ, 2006, p. 42) que me chamou atenção pela profundidade.

O mais eficiente opressor é aquele que convence seus subordinados a amar, a desejar e a se identificar com o seu poder, e, qualquer prática de emancipação, portanto, envolve aquilo que é mais difícil entre todas as formas de libertação, libertar nós mesmos de nós mesmos.

Diante dessa reflexão, percebemos que o caminho para aquilo que buscamos é um caminho árduo e longo, porém ficaremos de braços cruzados ante a esta dominação sócio intelectual? Lutemos então, e permaneçamos na luta por aquilo que é humano, a nossa existência. Hoje um elogio que se dá alguém é quando chamamos tal pessoa de humano, como se o fato de verbalizarmos uma ação a uma pessoa chamando-a de sua essência fosse algo distinto. Percebemos assim, que o que temos vivido está fora daquilo que somos em nossa gênese, humanos. Retornamos então a nossa essência, para aquilo que nos diferencia pelo trabalho, da natureza de outras espécies.

3.1 EMANCIPAÇÃO HUMANA EM MARX POR TONET

No desenvolvimento histórico, na transição do mundo medieval para o mundo moderno, acontece algo que Tonet (2005) trata como o abandono da centralidade do objeto e a instauração da centralidade do sujeito. Ou seja, começa com a ascensão burguesa a implementação do sistema capitalista, seja no mundo material, quanto ao modo de pensar começa a se produzir subjetivamente.

Especificamente citado por Tonet (s/d) no artigo *Ética e Capitalismo*, em 1848 tem como marco a decadência da burguesia. E foi nesta data que a burguesia derrotou um conjunto de tentativas da classe trabalhadora européia, que tentava eliminar de uma vez a exploração do homem pelo homem. Quando se refere em derrotar, não é no sentido permanente da palavra, mas naquele momento histórico, para aquela classe, foi o que aconteceu.

Assim, com essa “vitória” consolida-se a burguesia como detentora do poder político e econômico europeu, e por consequência, no tempo histórico em que acontece, influencia todo o mundo conhecidamente “moderno” daquela época.

O desenvolvimento da humanidade capitaneada pela burguesia se hegemoniza pela propriedade privada, dando continuidade da exploração do homem pelo homem.

Após a vitória da revolução burguesa, a necessidade de assegurar o caráter “positivo” (conservador) da nova ordem social teve como consequência a ampliação cada vez maior deste fosso entre consciência e a realidade efetiva, conferindo à ação um caráter cada vez mais manipulatório. (TONET 2005, p. 25)

Assim, a passividade do sujeito implicada pela regência do objeto tornou-se uma opressão ao trabalho. Fazendo o trabalho alienado ao ser humano, alienado no sentido de que aquilo que o trabalho humano realizava, tornou-se estranho ao processo de construção do mesmo, porque mudou-se os interesses, do qual não era mais para sustento, consumo próprio e troca. No capitalismo compreendemos que é o produto que domina o produtor, que estabelece o fim a ser atingido, que impõe as formas concretas do trabalho, as condições gerais e específicas sob a produção, o tipo de relações entre os homens e a forma de acesso aos bens produzidos.

Seguindo Tonet (2005) na emancipação humana ganhamos o entendimento que é o produtor que estabelece os fins, e busca as formas mais adequadas para atingi-los. O produtor não fica ausente do processo de construção, mas tem de participar tanto na construção quanto na apropriação do seu trabalho.

Com o desvelar histórico começa então a iniciação da decadência social, e o próprio Tonet (s/d) quando se refere à decadência compreende que os fatos mostram na realidade um enorme avanço nas ciências e tecnologia de lá para cá, mas decadência deve ser compreendida, no sentido amplo e ontológico do seu significado. Porque esta exploração do homem pelo homem tem fustigado a classe trabalhadora, que é a maioria da população, a níveis desumanos de condições de trabalho, da alienação/estranhamento daquilo que faz, e da divisão de produção.

Compreendendo a exploração da força de trabalho temos em Tonet (2005, p. 22) uma reflexão necessária para se discutir.

A especial importância da superação da perspectiva da subjetividade está no fato de que esta, além de ser hoje, o modo de pensar dominante, foi, aos poucos, tomando a forma de algo “natural”, uma espécie de “pensamento único”, passando a influenciar tanto a elaboração filosófico-científica quanto a ação prática nas mais diversas modalidades. Mais ainda, pelo fato dela estar hoje superdimensionada, implicando um corte profundo entre consciência e realidade.

A alienação no capitalismo vem, então, gerando prazer no dominado, e culpa a ausência da ascensão humana pela falta de vontade e compromisso dos subordinados, embora ele (capitalismo) não produza chances possíveis para essas condições.

Marcuse (1955 apud Kunz 2006, p. 27) foi um dos primeiros a denunciar que os efeitos ideológicos de dominação não se enraizavam unicamente na esfera das condições socioeconômicas; mas também nas estruturas das necessidades que constituem a disposição e a personalidade de cada indivíduo.

Kunz (2006) traz como “segunda natureza” estas instâncias geradoras de dominação, fazendo com que adormecemos diante de uma dominação passiva, composta de interesses, desejos e necessidades que não são mais resultados da natureza individual e social de cada um.

Quando começamos a perceber que o ato de pegar a comida e levar a boca que reclama não tem mais sido suportado/alienado pelo nosso entendimento, por que começamos a ver que somos cada vez mais produto de nosso produto.

Tonet (2005) traz a ideia que emancipação humana nada mais é do que um outro nome para comunismo, porém acredito que me apropriando da fala do autor devo defender alguns itens que normalmente a falta de entendimento tem produzido deformações na compreensão desta proposta para a emancipação.

O primeiro erro é de que a emancipação seja utópica, como a idealização de uma sociedade paradisíaca e, portanto, como uma impossibilidade. Temos por consciência um caminho teleológico, mas de maneira nenhuma utópico no sentido da impossibilidade, Tonet (2005) caracteriza teleológico porque é o estabelecimento consciente de fins a serem atingidos, quer dizer que temos um caminho a prosseguir, não designado em metas, mas um processo real de reconstrução pela emancipação.

Segundo que consideram unicamente como um idealismo, uma ideia reguladora, um ideal que nos estimula a lutar por uma constante melhoria, mas jamais efetivamente materializável. Como veremos, mais abaixo, esta proposta não pode se firmar unicamente no materialismo, nem unicamente no idealismo, mas é pela práxis que na singularidade dos nossos atos fazemos história.

Terceiro erro é quando consideramos a emancipação como resultado inevitável do processo histórico. O autor nos traz a convicção que não será cruzando os braços que o mundo caminhará para a igualdade na qual tanto lutamos. A história é o resultado do conjunto dos atos humanos singulares, e é pela mudança de cada uma pequena coisa, ou mentalidade que pretendemos estabelecer patamares de uma convivência social digna da nossa existência, e compreender na nossa humanidade como possibilidades, e não mais como objetivos longínquos de serem alcançados. É por meio da emancipação humana que construímos um caminho histórico para a cidadania.

Mas nos dias em que somos completamente bombardeados pela mídia em dicas e sugestões para uma sociedade mais cidadã, cabe a nós compreender o que é cidadania? E o que nos faz cidadãos?

Segundo Tonet (2005), a cidadania que nos foi proposta e o que nos é ensinado sobre cidadania é que ela se dá pelos direitos e deveres que nós temos, mas isso segundo o capital, e não segundo as nossas necessidades reais de desenvolvimento humanístico. Assim compreendemos o ato de ser cidadão deve estar acima do cumprimento das obrigações (deveres) que regem uma classe

proletária, e o que nos é permitido segundo nossas necessidades essenciais de sobrevivência (direitos).

Conforme Tonet (2005), temos que compreender por que Marx? E qual Marx? Já que para alguns, sua teoria está ultrapassada, superada e que ele seja apenas mais um entre outros autores. O autor afirma que Marx foi o responsável maior pela elaboração de uma concepção radicalmente nova, que implica ao retorno da objetivação humana.

Tonet (2005, p 31) diz que "o resgate da centralidade da objetividade deve ser entendido em articulação com a reformulação da categoria da objetividade." Desse modo, percebemos que a superação daquilo que vivemos hoje está na reformulação das propostas que seguiremos amanhã, isso significa na autoconstrução do homem pelo homem. Historicamente, fomos suprimidos à mentalidade da incapacidade do homem compreender a realidade como totalidade e, por consequência, de intervir para modificá-la. Por isso Marx e ninguém além dele poderia nos subsidiar melhor o entendimento quanto ao processo da emancipação humana. Em Marx nos foi desvelado a compreensão daquilo que somos, do que nos tornamos e o que nos tornaram ser mediante o processo histórico em que estamos inseridos.

Em continuidade, respondendo a segunda pergunta, o próprio Marx e Engels (1998) explicam que suas proposições teóricas não estão fundadas em ideias, ou princípios inventados. Pelo contrário, elas partem das condições reais de uma luta de classes existentes, de um movimento histórico que se desenrola diante dos nossos olhos, ao qual estamos inteiramente inseridos.

Por isso tem de ser este Marx, conforme Tonet (2005) afirma que Marx constata que o materialismo e o idealismo, que são as duas grandes concepções acerca da realidade, diferem entre si uma lacuna fundamental. Enquanto no materialismo, a realidade tem estado apenas como algo exterior ao homem, no idealismo a realidade se dá apenas num estado de espírito. Mas vemos que ambos fazem parte de um mesmo homem, onde objetivação e subjetivação formam um único ser social. Diante dessas reflexões vemos em Marx, como cita Tonet (2005 p.32).

Para Marx, este principio é a práxis, a atividade humana sensível, a atividade real sensível. Espírito e matéria, consciência e realidade, subjetividade e objetividade são dois momento que constituem uma unidade indissolúvel.

Nos apropriando dessa importância de nos nortearmos em Marx para apontar soluções nesse período histórico onde as crises paradigmáticas vem aos poucos tentando desenrolar um novo paradigma, queremos assim e por meio dessa nova possibilidade o desenvolvimento humanístico, não mais sobre os parâmetros do capital, mas nas possibilidades onde possamos ser humanamente diferentes, socialmente iguais e integralmente livres.

3.2 EMANCIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Este subcapítulo será ainda dividido em outros dois, ao qual relacionarei a emancipação na educação em relação ao corpo docente, após, ao corpo discente. Depois encerro este trabalho de conclusão de curso tratando especificamente da emancipação na avaliação processual, onde apontarei caminhos para o problema deste trabalho.

3.2.1 Emancipação no Corpo Docente

Trarei neste tópico questões norteadoras de ações para o corpo docente, afim de que meio da prática educacional caminhamos para uma transformação social, especificamente como disse antes, a relação com a docência estará de forma direta e específica aos professores de educação física. Como este trabalho é de conclusão de curso em licenciatura na educação física escolar tomarei por norte o debate direto com os professores dessa área.

Início agora trazendo uma citação importante para mediante a reflexão da mesma, possamos dar continuidade ao debate que tem se estendido durante o trabalho. Conforme Luckesi (2009, p. 28) “A prática escolar predominante hoje se realiza dentro de um modelo teórico de compreensão que pressupõe a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade.”

Vemos assim, que a educação em si não tem efetivamente se preocupado com a construção do ser humano pelo conhecimento, mas tem exercido mais atenção para o fortalecimento do positivismo/conservadorismo do que para a emancipação do aluno no mundo em que vivemos.

Surge então uma pergunta que à primeira vista parece óbvia, mas vemos que obviedade obscurece nossa razão muitas vezes. Qual é o papel da docência na educação? E quando me refiro à docência, especifico principalmente ao papel do professor na educação.

Conforme Duarte (2008) explica, cabe aos educadores conhecerem a realidade social dos alunos para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos.

Seguindo a compreensão de Duarte temos que tomar o cuidado para não cair no conservadorismo, mas no processo histórico o que o capitalismo está exigindo deles nesse tempo, não para se lançar obstinadamente à subjetivação, mas estando inseridos no mundo, estarmos aptos e capazes para a transformação do mesmo pela transformação social.

Luckesi (2009) segue sua linha de raciocínio dizendo que ainda que pouco, alguns educadores tem aspirado uma opção por um outro modelo de sociedade, em que a igualdade entre os seres humanos e sua liberdade não se mantivessem tão somente ao nível da formalidade da lei, mas que se traduzissem em concretudes históricas.

Começamos assim a delimitar epistemologicamente conceitos de resposta sobre a pergunta feita acima, por que entendemos que carregamos no nosso corpo a história que os opressores negam em afirmar.

Engels (1998) trata que toda a história tem sido uma história de confronto de classes, e luta entre classes exploradas e classes exploradoras, entre classes dominadas e classes dominantes, nos diferentes estágios de seu desenvolvimento social. Mas atualmente esta luta atingiu um estágio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) não pode mais se libertar da classe que a explora e a oprime (a burguesia), e essa era uma ideia dita pelo autor que pertencia unicamente a Marx. E se Marx naquele período histórico dizia aquilo, quanto mais nos dias atuais onde a alienação tomou proporções superdimensionadas, e que o fato de buscarmos uma mudança é para alguns apenas um pensamento utópico, proferindo impossibilidade a mudança.

Apegando-nos então ao entendimento que o pessimismo da razão não pode cancelar o otimismo da vontade, desde que alicerçados pelo realismo da análise, vemos uma luz no fim do túnel, onde pelo ato da singularidade proporcionamos um horizonte mais a frente de mudança. Talvez, seja esta a resposta mais real para

aquilo que neste tempo histórico estamos vivenciando, um ser educador que transcenda as limitações impostas nesse tempo, sem viver ideologicamente sem horizonte, mas pela prática contínua e aperfeiçoamento pela reflexão daquilo que somos hoje, do que nos tornamos ser, e o que pelo processo nos tornaram, fazer pela metanóia (mudança de mente) um mundo materialmente real para a convivência social, e na pluralidade vivermos uma totalidade e nisso consiste a essência da emancipação/comunismo.

Embora essas reflexões se dêem explicitamente relacionadas à construção do ser pelo conhecimento, sabemos que é pelo ato de ensinar que construímos coletivamente o ser nos alunos, e principalmente nas aulas de educação física, creio que algumas conclusões/sugestões podem nortear a compreensão do ser professor de educação física numa proposta curricular embasada no entendimento da apropriação do papel do ser professor respondida acima.

Conforme Lukcesi (2009) explana, é necessário nos despiremos do autoritarismo intelectual, compreender que o ato de lecionar não é como uma receita de bolo, onde repetindo sempre a mesma forma, a mesma medida teremos no fim o mesmo resultado.

A própria comunicação no autoritarismo torna-se subjetiva, isso se dá, por exemplo, na explanação de tal conteúdo, e na fala o professor não consegue expressar o real sentido do que gostaria de falar, tornando duvidoso o entendimento da turma, ocasionalmente tomando de sua posição tenderá a afirmar que o erro está no aluno, por que não compreendeu o assunto.

No parágrafo acima trouxe a palavra "erro", e é sobre ele que destino a minha fala para compreendermos o significado, retornarei esse debate no subcapítulo sobre a avaliação processual, mas não posso excluí-la da docência.

Continuando em Lukcesi (2009), vemos que o erro não pode ser um domesticador para padrões especificamente de conservação do positivismo, como ferramenta para o enquadramento de postura, mentalidade e direitos segundo o capital. A compreensão do entendimento se dá pela construção do conhecimento por intermédio da sua internalização psíquica, e não pela reprodução temporária de assuntos tidos como importantes para aquela turma.

Leontiev (2004) debate que uma nova estrutura da consciência surge quando novas condições socioeconômicas da vida humana surgem, como esta organização de sociedade tem predominado tanto em relações trabalhistas de cunho prático e

exterior, também exige novas relações internas de consciência e reflexão sobre o que se faz, e porque se faz.

Esta nova estrutura da consciência caracteriza-se pela relação fundamentalmente nova que liga os principais "componentes" da consciência, os sentidos e as significações. Vemos que se tornou uma relação de exterioridade. Por convenção, qualificamos esta estrutura de "desintegrada". (LEONTIEV, 2004, p. 122)

Assim, essa nova estrutura pelo fato de receber novas significações torna-se desintegrada, no sentido de exterioridade aquilo que nos é real e sensível de natureza humana.

O erro, então nas aulas, principalmente, nas de educação física. É de que os professores estão sobrecarregados historicamente por conceitos de construção social positivista, mas embora isso seja inevitável, cabe à docência ter a dialética de pela reflexão daquilo que fazemos, repetimos e (re) criamos. Construir problematizações em suas aulas, e não afirmações sem relevância social.

Por isso, diante a tanta inibição da parte docente para a discente começa a concretar pensamentos conformistas com a cidadania que nos é imposta, sobre os direitos e deveres segundo o capital, em contrariedade à cidadania que é um caminho a se chegar diante da reflexão das nossas ações, ou seja, o caminho para a emancipação.

Caso a docência não se balize efetivamente de uma proposta crítica, teremos os alunos que tutorados pela mídia e pelo próprio andamento histórico em que vivemos, serão fustigados a uma mentalidade superficial, sobre aquilo que fazem, e pelo o que se tornam fazendo. As greves serão entendidas como crimes, no qual só prejudica a população, embora seja essa mentalidade que a mídia já tem passado quando documenta estes acontecimentos, um trabalhador que produz vinte mil tijolos por dia, e recebe por cem, e reivindica uma distribuição de lucro mais adequada, às vezes, esse pedido vem de uma necessidade existencial dele e de sua família, é taxado como ocioso, vadio, que quer trabalhar pouco e ganhar muito. Acredito que devemos transcender essa mentalidade conservadora em nossas aulas.

Partindo para o outro lado dos explorados, iniciarei no próximo subcapítulo, tratar de considerações no corpo discente, norteando o debate especificamente

sobre as expectativas de vida que os alunos têm no final da formação do ensino médio.

3.2.2 Emancipação no Corpo Discente

No último estágio do curso de licenciatura em educação física tratei do voleibol com as turmas do ensino médio, dali tirei muitas conclusões, ainda que neste início de carreira elas sejam de certa forma mais superficiais, mas mesmo assim, foram necessárias para neste subcapítulo realizar um debate sobre a perspectiva de futuro com que estes jovens saem de uma escola pública.

Luckesi (2009) traz o entendimento que o ser humano é um ser buscante de desejo, e nessa função ele busca sua realização, seja econômica, política, amorosa, material. Somos por natureza desejanτες da satisfação de nossos próprios desejos. É obvio que no tempo presente vivemos sobre um desvio de desejos, valores, ambições. Porém, a saturação da exploração do capital já chegou a um nível que a própria juventude chega ao mercado de trabalho desestimulada, sem perspectiva de futuro alcançável.

Diante dessa drástica realidade, o desestímulo acontece também em relação à educação, à aprendizagem. Conversava com um professor e (ele) comentava para mim que a uns dias havia cumprimentado um jovem de classe media alta, e no próprio cumprimento, firme, sereno, demonstrava, pela postura uma posição atitudinal em relação ao mundo. E por que a juventude contemporânea perdeu o desejo básico de conquistar alguma coisa? Isso, porque perdeu suas perspectivas mais simples de mundo alcançável.

A realidade subsiste por uma quantidade de valores, daquilo que somos, do que podemos ser, e por onde podemos percorrer para nos tornarmos o que almejamos. A docência aqui continua presente como incentivador de perspectiva, de médicos negros, de pessoas simples dentistas, engenheiros e quando me reporto a estas profissões de valor monetário de acúmulo mais alto do que outras, não me apego ao valor, mas ao querer e poder ser aquilo que desejar.

Segundo Tonet (2005), a emancipação vem na educação não apenas formar cidadãos, mas cidadãos críticos, ou seja, pessoas que tenha consciência dos seus direitos e deveres. Mas que também sejam capazes de intervir ativamente na

construção de uma ordem social mais justa, desestruturando paradigmas historicamente construídos de classes opressoras e oprimidas. Por isso Duarte (2008) fala que o ser humano não cria a realidade humana sem antes se apropriar da realidade natural, essa apropriação da realidade contemporânea capitalista e sua insatisfação delimita o início do processo emancipatório do ser humano partindo é claro no âmbito escolar, seguindo assim o real objetivo organizacional da escola e sua representação social, “formar cidadãos críticos e emancipados para o meio social”.

Lukács (1978) traz o debate da existência pela consciência, em um trecho específico ele diz;

Ademais, tornou-se claro que, entre uma forma mais simples de ser (por mais numerosas que sejam as categorias de transição que esta forma produz) e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se sempre um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode mais ser simplesmente "deduzida" da forma mais simples. (LUKÁCS 1978 p. 3)

Diante disso, a educação, e quando falo em educação me refiro no conhecimento de apropriação do mundo, é um conjunto da parte docente e discente para a construção do novo eu, emancipado e emancipador. É bom lembrar que segundo Martins (2004) a emancipação aparece em Marx como uma categoria integrante da vida, e por isso a emancipação real é produto da práxis humana real, ou seja, ela não é um estado, mas a atividade teórico prática que cria a realidade social.

Caminhamos então na singularidade, de passo a passo para a construção do ser pelo conhecimento ativo, pela práxis. Irei agora para o último subcapítulo do capítulo sobre a emancipação. Tratarei sobre a avaliação processual como método emancipatório do ser humano enquanto ser social, ativo e integrante.

3.3 EMANCIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO PROCESSUAL

Início agora as reflexões finais deste trabalho, na introdução verificamos no problema que este trabalho apontaria para questões de como a avaliação processual contribuiria para o processo de emancipação humana. Iremos neste subcapítulo centralizar apontamentos para esta contribuição.

O Coletivo de Autores (1992) diz que a avaliação não deve recair no reducionismo de um universo meramente técnico de entendimento. Mas necessita-se de considerações em outras dimensões, de construção, como significações, implicações e consequências pedagógicas, políticas e sociais. Nisso vemos as implicações de nossos atos como mediadores de mudança.

A emancipação na avaliação processual deve compreender toda a totalidade do ser humano, diretamente na educação física, onde este trabalho se baliza. O esporte (historicamente o esporte tem sido o grande modelador das aulas de educação física) deve ser internalizado como conhecimento crítico, e não como modelador de pensamento.

Malina (2009) diz que não basta que o Brasil seja uma potência olímpica, ou que o esporte seja um meio para retirar jovens da marginalidade, das drogas entre outros problemas construídos pelo MPC (Modo de Produção Capitalista) como se refere o autor. É necessário transcender esta mentalidade, o esporte pode, por exemplo, servir como meio de denúncia desses problemas globais, como reflexão sobre a hegemonia burguesa, discussões contemporânea sobre o porquê o esporte tem sido o maior meio proletário de ascensão monetária.

No próprio Coletivo de Autores (1992) trata da expressão corporal como linguagem, entendendo que o nosso corpo reproduz as condutas sociais, logo, a avaliação processual nesse contexto vem para analisar e conceitualizar os elementos que compõe a totalidade da conduta humana, e que se expressam no desenvolvimento de atividades.

Azevedo (2009) diz que a expressão corporal (no texto ela especifica o esporte) não pode ser compreendida isoladamente, mas sim, em relação as diferentes manifestações e objetivos que a cercam. Por isso, a emancipação não se dá distante do realismo, apenas como ótica, estado de espírito. O próprio Marx (1998) diz que a libertação/emancipação é um ato histórico e não um ato de

pensamento. Mediante a estas conclusões vemos a importância de embasados pelo realismo da análise caminhamos para a emancipação humana em sua totalidade.

A avaliação processual, especificamente no âmbito escolar, vem como ferramenta possível de transformação intelectual, que ocasiona uma mudança prática naqueles que mediante o processo de ensino-aprendizagem (re) cria a história pelo trabalho.

A avaliação, seguindo a linha de raciocínio de Luckesi (2009), deve ser um ato amoroso, isso porque entendidos do papel de professor, e conseqüentemente que o processo avaliativo de ensino-aprendizagem desenvolve além da formação escolar, a formação do ser no aluno.

O rompimento definitivo com visões abstratas, irreais que "homogeneizam" e "igualam" os alunos, condicionando entendimentos equivocados de educação, ensino e aprendizagem. Deve-se considerar na avaliação que o patrimônio cultural que se expressa nas possibilidades corporais, no acervo de conhecimentos sobre a cultura corporal, se diferencia de acordo com as condições de classe dos alunos. O uso de medidas e avaliação não deve neutralizar, mas, sim, possibilitar uma leitura crítica dessas condições para, a partir daí, ampliar e aprofundar a compreensão dessa realidade. (COLETIVO DE AUTORES 1992, p 75)

Como explicado por Duarte (2008), cabe aos educadores conhecerem a realidade social dos alunos para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos. Porém, não no sentido de domesticação, mas sim de superação. Isso porque, conforme o autor, o ser humano não cria a realidade humana sem antes se apropriar da realidade natural.

Nessas condições, a educação então se apropria de um papel importante, de por intermédio da práxis, a conjunção da teoria e da prática, efetivar uma transformação pela avaliação processual como método emancipatório do ser humano enquanto ser social, caminhando por este horizonte, passo a passo naquilo que esperamos um dia, como disse na frase de Marx anteriormente, sendo a emancipação um ato histórico.

CONCLUSÃO

Considero relativo ao termo afirmativo de conclusão, como um ato de juízo, sem a possibilidade de haver uma pós conclusão, ainda mais elaborada, mais fidedigna aos fatores reais de desenvolvimento. Gostaria de dizer que mediante os estudos, especialmente realizados neste último ano, fiquei impressionado com o quanto aprendi, quando entendi que o conhecimento transcende a transmissão. Quando na preparação deste trabalho procurei compreender o mundo de diferentes formas, pelos grandes mediadores (me refiro aos professores, especialmente a banca que escolhi), por diferentes autores. Foi assim, a iniciação da minha vida acadêmica muito proveitosa, não no sentido de que já caminhei muito, mas pelo contrário, estagnado com o quanto que devo (mos) caminhar ainda para que mediados pelo conhecimento, consigamos pelos nossos atos transcender as limitações capitalistas impostas.

Nas palavras de Malina (2009), como um trabalhador que acorda as 6 (seis) horas da manhã para se arrumar e ir ao trabalho e chega em casa as 20 (vinte) horas terá tempo/vontade para praticar esporte? terá desejo pelo lazer? Lazer este que deveria ser realizado em seu sentido amplo, e não apenas o lazer que temos na mentalidade do modo de produção capitalista que serve unicamente para uma recomposição orgânica, que contraditoriamente proporciona "benefícios" ao trabalhador.

Diante de uma realidade como esta, deve-se construir uma vida crítica a essas obrigações desde a infância, na escola e, como defendi neste trabalho, uma avaliação processual, que vem para incorporar um caráter crítico na escola, que consiga por meio de um processo avaliativo mais eficaz contribuir para a emancipação do ser humano, fazendo com que ele se sinta ativo na sociedade e responsável direto, e indiretamente no modo de produção regente.

Temos que, antes de qualquer afirmação, compreender a dialética na história, que assim como declarei anteriormente, não podemos nos apegar a etapismos, a linearidade, vivemos espiralados pelo conhecimento, e a cada ciclo que retornamos ao estudo ele se dá de forma diferente, por isso não podemos afirmar radicalmente que estes atos, mais aqueles culminarão no que esperamos. A história se desencadeia numa luta de classes e não em uma receita de bolo.

Tonet (2005) nos deixa então a seguinte pergunta: é possível a emancipação? Seguidamente ele relata que a tese dominante nos dias de hoje, é a da impossibilidade ontológica da superação radical dessa forma de sociabilidade. E até mesmo os fatos empíricos acontecidos nos últimos cento e cinquenta anos parecem garantir a sustentação dessa tese. Porém, não podemos esquecer que, em lógica falsificacionista, fatos empíricos, por mais números os que sejam, jamais poderão comprovar a verdade sobre uma hipótese.

Por isso, Tonet (2005) diz que o homem é um ser social, e na sua totalidade um ser histórico. É importante acentuar que o ser humano, sendo um ser histórico, é não apenas no sentido de mutável – coisa que a natureza também é – mas no sentido de ser responsável pelos seus próprios atos – o que não acontece na natureza.

Assim, é inserido ativamente neste processo que mediante a superação dessa mentalidade que a passos curtos prosseguiremos para o desenvolvimento do ser humano em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de, Esporte, Ensino e Educação Física. In MALINA, André; CESARIO, Sebastian (Org.) **Esporte: fator de integração e inclusão social?** Campo Grande, MS: Ed UFMS, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9394**. Brasília 1996.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992. (coleção magistério. 2º grau. Serie formação do professor)

DUARTE, Newton, **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** : quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (coleção polêmicas do nosso tempo, 86)

ENGELS, Friedrich, Prefácio a edição alemã de 1883. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Ed. Boitempo, 1998.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação e realidade, 1993.

KING, Coretta Scott (org.) **As palavras de Martin Luther King**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

KUNZ, Elenor, **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 7 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2 Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS, Georg, As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In **Temas de Ciências Humanas**. n. 4, p.1-18. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978

MALINA, André. Esporte como um bem da humanidade e o modo de produção capitalista. In MALINA, André; CESARIO, Sebastian (Org.) **Esporte: fator de integração e inclusão social?** Campo Grande, MS: Ed UFMS, 2009.

MARTINS, Lígia M. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In DUARTE, Newton (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Ed. Boitempo, 1998.

SANTA CATARINA. **Lei Nº 170**. Florianópolis: Imprensa oficial, 1998.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação, **RESOLUÇÃO nº 23/2000**. Florianópolis, 2000.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SARMENTO, Diva Chaves. **O discurso e a prática da avaliação na escola**. Campinas: Pontes; Juiz de Fora, EDUFJF, 1997.

TONET, Ivo. Ética e capitalismo. s/d. Disponível em http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/ETICA_E_CAPITALISMO.pdf. Acessado em 15 de setembro de 2012.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. (Coleção fronteiras da educação).

